



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia PODER JUDICIÁRIO SALVADOR 1ª VSJE DO CONSUMIDOR (MATUTINO) - PROJUDI**

---

Padre Casimiro Quiroga, SN, Lt. Rio das Pedras, Qd 01, Imbuí - SALVADOR ssa-1vsje-  
consumo@tjba.jus.br | **Funcionamento:** 07:00 às 13:00 - Tel.: (71) 3372 7428 **PROCESSO N.º: 0110316-91.2025.8.05.0001**

**AUTORES:**

-----

**RÉUS:**

-----

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

Dispensado o relatório, consoante o disposto no art. 38 da Lei 9.099/95.

Alega a parte autora que foi surpreendida com a inscrição de seus dados nos cadastros de restrição de crédito em razão de débito que desconhece.

Em razão dos fatos narrados, a parte autora requer a declaração de inexistência do débito; exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito; além de compensação por danos morais.

A requerida apresentou contestação no evento 19 do PROJUDI. No mérito, sustenta a regularidade da contratação e a existência do débito, pugnando pela total improcedência dos pedidos.

É o que importa relatar.

**DECIDO.**

Indubitável a relação de consumo mantida entre as partes sendo necessária, destarte, a subsunção dos fatos narrados às diretrizes estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Afasto as preliminares arguidas com base no disposto no artigo 488 do CPC.

**No mérito, contudo, não há como acolher a pretensão autoral.**

O Código de Processo Civil, em seu artigo 373, incisos I e II, estabelece caber ao autor provar fato constitutivo do seu direito e ao réu a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da pretensão do autor. O CDC abraçou, em seus artigos 12 a 14 e 18 a 20, o princípio da responsabilidade objetiva do fornecedor. Este somente se esquia ao provar: a) inexistência do vício ou defeito no produto ou serviço; b) culpa exclusiva do consumidor; e c) culpa exclusiva de terceiro.

De um lado, alega a parte autora desconhecer a dívida constante no órgão de restrição de crédito, conforme documentação acostada no evento 01. De outro, a parte ré alega ser devida a cobrança, explanando que a parte autora celebrou contrato de cartão de crédito. Argumenta que não haveria que se falar de ilicitude, uma vez que a cobrança seria decorrente de inadimplemento contratual, não cabendo a indenização por danos morais pleiteada pela parte autora.

Compulsando os autos, em especial os documentos acostados nos eventos 01 e 19 do PROJUDI, observo que **a Ré logrou êxito em comprovar a relação contratual e a existência do débito**, pois os documentos apresentados comprovam que a parte autora contratou cartão de crédito, através de **contrato digital assinado, com biometria facial por fotografia da parte autora no momento da contratação, acompanhado de registros da contratação e utilização do serviço, e de faturas de compras**, e não tendo realizado o pagamento dos débitos remanescentes em aberto **(documentos e bojo da defesa no evento 19 do PROJUDI)**.

Assim, verifica-se acervo probatório robusto da existência do débito objeto da negativação. De modo que, não obstante a parte autora tenha afirmado em petição inicial a inexistência de vínculo entre as partes, ficou demonstrada a relação jurídica que deu ensejo ao débito e a efetiva utilização dos serviços.

Com efeito, **restou comprovado que a parte autora contraiu a dívida objeto da lide, não tendo comprovado o integral e tempestivo adimplemento, não se desincumbido, assim, do ônus que lhe competia, ao menos minimamente.** Em que pese se tratar de previsão legal de inversão do ônus da prova (ope legis), estipulada no artigo 14, § 3º, do NCPC, necessário se faz uma mínima produção de prova dos fatos constitutivos do alegado direito autoral. Isto, porque os princípios facilitadores da defesa do consumidor em juízo, notadamente o da inversão do ônus da prova, não exoneram a parte autora do ônus de fazer, a seu encargo, prova mínima do fato constitutivo do alegado direito. Neste cenário processual, revelase lícita a conduta adotada pelo credor réu, motivo pelo qual não há fundamento para a pretendida declaração de inexistência da dívida. Neste exato sentido consolidam-se as Jurisprudências do STJ e deste Tribunal de Justiça.

Desta forma, considerando que a parte Requerente não comprovou qualquer ato ilícito que tenha sido realizado por esta acionada, a improcedência das pretensões autorais se impõe.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS** constantes da petição inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 523, §1º, NCPC.

Advirto as partes que eventuais embargos de declaração interpostos sem a estrita observância das hipóteses de cabimento previstas no art. 1.022 do CPC/2015, ou destinados a rediscutir matéria já apreciada, serão considerados manifestamente protelatórios e a parte embargante será sancionada nos termos do art. 1.026 do mesmo diploma, sem prejuízo de condenação no pagamento de multa por litigância de má-fé, quando for o caso.

Sem custas ou honorários nesta fase (art. 55 da Lei 9.099/95).

P.R.I.

Salvador, data registrada em sistema.

# **LIVIA DE MELO BARBOSA**

**Juiz de Direito**

**Documento Assinado Eletronicamente**

Assinado eletronicamente por: LIVIA DE MELO BARBOSA

Código de validação do documento: a84fdfbe a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.